

## RESPOSTA A ALAIN BADIOU

DANIEL BENSAÏD | FILÓSOFO, MEMBRO DO NOVO PARTIDO ANTICAPITALISTA

A REVOLUÇÃO TORNOU-SE «UM CONCEITO vazio» e «mesmo o NPA (O Novo Partido Anticapitalista) não está a preparar a revolução» tal como dizes. A situação é «comparável à do ano 1840». Após a Restauração, há um ressurgimento das lutas sociais e de fermentação utópica. A ideia de revolução sobrevive então como mito em vez de projecto estratégico: «O que aconteceu na época foi uma reconstrução intelectual alimentada por experiências políticas operárias isoladas: as utopias comunistas, o Manifesto de Marx, etc.». Este «etc.» enumerativo apaga o facto que então se esboça em uma diferenciação entre socialismos utópicos e comunismo, uma transição do «comunismo filosófico» ao comunismo político, que sanciona, em 1848, o encontro de uma ideia (o Manifesto) e de um acontecimento (a revolução de Fevereiro e a tragédia de Junho).

Do mesmo modo, desde o início dos anos 90 – o levantamento zapatista de 1994, as greves durante o inverno 1995, em França, as manifestações altermundialistas em Seattle, em 1999 –, as diferenciações põem mãos à obra entre um antiliberalismo resistente aos excessos e aos abusos da mundialização, e um anticapitalismo renascente que põe em causa a própria lógica da acumulação do capital. Ganhando forças, tal como o referes e muito bem, «a ideia de uma sociedade cujo motor não seja a propriedade privada, o egoísmo e a avidez». Esta ideia não é certamente

suficiente para reconstruir um projecto que pretenda derrubar a ordem estabelecida. Mas ela começa a traçar uma linha divisória entre os que querem a transformação do capitalismo moralizado e os seus irreconciliáveis adversários, que pretendem derrubar: «A hipótese comunista é uma tentativa de reinvestir o presente ao viés da sua necessidade».

Partilhamos contigo estas convicções e a oposição intransigente à ordem estabelecida. Estamos muito menos de acordo com a forma de abordar o balanço do Século ao qual dedicaste um grande livro. Tens razão ao dizer que os critérios de juízo, geralmente aplicados ao que se convém chamar a experiência comunista, são os da eficiência económica e das normas institucionais do mundo ocidental. De tal modo que o veredicto é uma evidência. Por conseguinte, será suficiente, do ponto de vista oposto dos explorados e dos oprimidos, de constatar que «os meios adoptados foram desastrosos», como se fosse um simples erro – ou apenas de um “desvio” como Louis Althusser o defendeu anteriormente.

A questão que continua por resolver entre nós, é a do balanço do estalinismo, e – embora confusa – do maoísmo. «Desde a época de Estaline», escreves no teu panfleto contra Sarkozy, «deve dizer-se que as organizações políticas operárias e populares estavam muito melhor, e que o capitalismo era menos arrogante. Não há comparação possível.» A fórmula remete evidentemente para a provocação. Mas

se é indiscutível que os partidos e os sindicatos operários eram mais fortes “no tempo de Estaline», esta simples observação não permite dizer se foi graças ou apesar dele, nem sobretudo o que a sua política custou e ainda custa aos movimentos de emancipação. A tua entrevista ao Libération é mais cautelosa: “A única vénia que faço a Estaline: ele metia medo aos capitalistas.» É uma vénia a mais. Seria Estaline a meter medo aos capitalistas ou outra coisa: as grandes lutas operárias dos anos trinta, as milícias de trabalhadores das Astúrias e da Catalunha, as manifestações da Frente Popular? O medo das massas, na verdade. Em muitas circunstâncias, não só Estaline não meteu tanto medo aos capitalistas, mas foi em seu auxílio, durante os dias de Maio de 1937 em Barcelona, no pacto germano-soviético, na grande partilha de Ialta, no desarmamento da resistência grega.

Estas diferenças de opinião sobre o significado e o alcance do estalinismo são a consequência de uma abordagem diferente à história. Registas uma sucessão de sequências – o movimento comunista no século XIX, o comunismo de estado no século XX, a hipótese comunista aberta na contemporaneidade – sem te preocupares muito com os processos sociais que estiveram em andamento e das orientações políticas que se opuseram. O desafio é importante, não para o passado, mas para o presente e futuro: nem mais nem menos do que a compreensão do fenómeno

burocrático e dos «*riscos profissionais do poder*», a fim de melhor lhes resistir, sem garantia de o conseguir.

Reduzes a tua crítica do estalinismo a uma questão de método: «*Não se pode dirigir a agricultura ou a indústria por métodos militares. Não se pode pacificar uma sociedade colectivista pela violência do Estado. Portanto, o que é preciso instituir é a escolha da organização em partido, a que se pode chamar “a forma-partido”...*» Assim acabas por juntar-te à crítica superficial dos ex-eurocomunistas desiludidos que, não tendo em conta o inédito histórico, desenrolam as tragédias do século de uma forma partidária e por um método organizacional. Seria suficiente, portanto, renunciar à «forma-partido»? Como se, um acontecimento tão importante como uma contra-revolução burocrática, resultando em milhões de mortos e de deportados, não levantasse questões de um impacto diferente sobre o desempenho das forças sociais, sobre as suas relações com o mercado mundial, sobre os efeitos da divisão social do trabalho, sobre as formas de transição económica, sobre as instituições políticas.

E se o partido não fosse o problema, mas uma parte da solução? Porque há partido e partido. Para impor a partir de 1934, o «*Partido dos vencedores*» e da Nomenclatura, foi necessário destruir metodicamente, pelos processos, as purgas, as deportações e as execuções em massa, o que foi o Partido Bolchevique de Outubro. Foi necessário destruir, uma após a outra, as oposições. Foi preciso, a partir do quinto congresso da Internacional Comunista, sob o pretexto falacioso de “bolchevização”, militarizar os partidos e a própria Internacional.

Pelo contrário, um partido pode ser o meio – certamente imperfeito – de resistir aos poderes do dinhei-

**ESTAMOS MUITO LONGE, NA MAIORIA DAS ORGANIZAÇÕES DA ESQUERDA  
REVOLUCIONÁRIA, DE UMA DISCIPLINA MILITAR E DOS SEUS MITOS.  
A QUESTÃO DA DISCIPLINA É SECUNDÁRIA À DA DEMOCRACIA: A UNIDADE  
(DISCIPLINA) NA ACÇÃO É O DESAFIO QUE DISTINGUE A DELIBERAÇÃO  
DEMOCRÁTICA DO TAGARELAR E DA SIMPLES TROCA DE OPINIÕES.**

ro e dos media, de corrigir as desigualdades sociais e culturais, criando um espaço democrático colectivo de pensamento e de acção.

Tu próprio reconheces as limitações das alternativas para a “forma-partido”: «*Podemos bem falar de rede, de tecnologia, de Internet, de consenso, mas este tipo de organização não provou a sua eficiência.*» Só te resta reconhecer que «*aqueles que não têm nada*», apenas têm «*a sua disciplina, a sua unidade*». Parece curioso abordar o problema da organização política sob o ângulo da disciplina, para concluir que «*o problema de uma disciplina política que não seja decalcada sobre a militar é um problema aberto, experimentab.*» Hoje, estamos muito longe, na maioria das organizações da esquerda revolucionária, de uma disciplina militar e dos seus mitos. A questão da disciplina é secundária à da democracia: a unidade (disciplina) na acção é o desafio que distingue a deliberação democrática do tagarelar e da simples troca de opiniões.

No final da entrevista, desejas ao NPA um resultado eleitoral de 10%, que iria provocar «*um pouco de desordem no jogo parlamentar.*» Mas, fiel à tua recusa inicial em participar no jogo eleitoral, anuncias a tua recusa em participar: «*Será sem a minha voz.*» Desejaste

o mesmo em 2005, a vitória do Não contra o Tratado Constitucional Europeu, sem trazer o teu contributo. Todos poderão ver nisso uma vaidade ou uma inconsistência. Na verdade trata-se de uma posição coerente, cuja fundamentação resumes muito bem na entrevista: Seria desconfiar de um duplo problema: «*definir-se a partir do Estado*» e «*entrar no jogo eleitoral*».

Quanto ao primeiro ponto, estamos de acordo. O NPA não se define a partir e em função do Estado, mas tendo em conta os interesses de classe, as mobilizações «lá debaixo», a auto-emancipação, daquilo a que chamamos uma política do oprimido. Quanto ao segundo ponto, tudo depende do que se entende por «*jogar o jogo eleitoral.*» Se jogar este jogo é simplesmente participar nas eleições, a verdade é que o jogamos na medida em que as relações de força eleitorais não são estranhas, mesmo de maneira deformada, às relações de força entre as classes. Mas se o jogo é subordinar a auto-organização e a luta aos cálculos e alianças eleitorais, então nós não jogamos. E é precisamente isso de que nos responsabilizam quando nos acusam de “fazer o jogo Sarkozy”, com o pretexto de que rejeitamos qualquer coligação maioritária nos executivos com o Partido Socialista.

Aos dois obstáculos precedentes, adicionas um terceiro, sobre os quais concordaríamos: «*Saber resistir ao fetichismo do movimento, que é sempre a antecâmara do desespero.*» Com efeito, temos combatido consistentemente a «ilusão social» que opõe de forma caricatural um movimento social, limpo e saudável para a luta política, suja e comprometedora por natureza. Isto é uma evasão da política que num clima de derrota e refluxo, torna em virtude a impotência.

A tua conclusão sobre o NPA é um julgamento de intenção e previsão arriscada: «*Essa combinação da velha forma-partido de justificação marxista, e de um tradicional jogo político (participação nas eleições, a gestão das autoridades locais, infiltração dos sindicatos) refere-se apenas ao bom e velho Partido Comunista de há quarenta anos atrás.*». Passemos sobre a «infiltração dos sindicatos» que recupera uma velha fórmula da burocracia sindical, como se os militantes revolucionários que participam na construção de um sindicato com os seus colegas de trabalho fossem corpos estranhos. E paramos na tua proposta final: «*No momento, o que interessa é a prática da organização política directa no seio das massas populares e de experimentar novas formas de organização.*» Com efeito, isso interessa. E é isso que quotidianamente fazem todos os militantes ligados às lutas sindicais, no movimento altermundialista, nas lutas pela habitação, nas redes como a Educação sem Fronteiras, no movimento feminista ou ecologista.

Mas é o suficiente? O «*fetichismo do movimento*», de que dizes ter medo, não será uma consequência da renúncia a dar uma forma de um projecto político – que esta forma seja chamada partido, organização, frente, movimento, pouco importa – sem a qual a política, tão fortemente invocada, seria apenas uma política sem política?

**TRADUÇÃO DE ANA DA PALMA**